ISSN: 2358-8829

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E EQUIDADE: DESAFIOS PARA A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Kleyton Adriano Silva [1]
Sávio de Alcântara Alves da Silva [2]

RESUMO

A efetivação do direito à educação pressupõe a disponibilidade de recursos públicos capazes de assegurar condições equitativas de acesso, permanência e aprendizagem na educação básica. Entretanto, as discussões sobre financiamento educacional têm se concentrado, predominantemente, nos mecanismos de distribuição dos recursos, atribuindo menor atenção aos fatores que condicionam sua constituição e disponibilidade no âmbito das políticas públicas. Nesse contexto, o presente estudo objetiva analisar os fatores que condicionam o financiamento da educação básica brasileira e seus desdobramentos para a promoção da equidade distributiva. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise da Constituição Federal de 1988, da legislação educacional e fiscal, dos instrumentos de planejamento e orçamento público e da produção científica sobre financiamento da educação. O referencial teórico-metodológico articula as contribuições de Dermeval Saviani, José Marcelino de Rezende Pinto, Nicholas Davies e Nalú Farenzena acerca do financiamento educacional, compreendendo que a disponibilidade e a alocação dos recursos destinados à educação são condicionadas por escolhas estatais relacionadas ao planejamento, ao orçamento público e às prioridades governamentais, elementos indispensáveis à promoção da equidade distributiva. A análise evidencia que a efetivação da equidade distributiva não depende exclusivamente da ampliação dos investimentos públicos, mas também da definição de prioridades estatais e da adoção de critérios redistributivos capazes de responder às diferentes necessidades dos sistemas e das unidades escolares. Conclui-se que a garantia do direito à educação requer uma compreensão integrada entre financiamento, planejamento orçamentário e equidade distributiva, reconhecendo o orçamento público como elemento estruturante para a redução das desigualdades educacionais e para a efetividade das políticas públicas.

Palavras-chave: Financiamento da educação, Equidade distributiva, Direito à educação, Orçamento público, Políticas públicas.

[1] Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Três Fronteiras (Uninter) San Lorenzo/PY, e Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol (Unades) Asunción/ PY, kleyton.asilva@adm.educacao.pe.gov.br;
[2] Graduado do Curso de PEDAGOGIA do Centro Universitário UNINOVO – PE, saviodealcantara00@gmail.com;